

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

JUVENTUDES: DEMANDAS, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

Autora: Vanessa Barbosa Messina

Pertenencia institucional: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH

E-mail: vanemessina@gmail.com

Orientadora: Dra. Eliane Ribeiro

RESUMO

O presente trabalho busca analisar as demandas oriundas da II Conferência Nacional de Juventude e seus efeitos na construção de políticas públicas, leis, programas, projetos, etc. Em especial, no campo da educação com foco em questões sobre direito e cidadania. Para tanto, buscou-se o avaliar a participação do jovem como sujeito de direito e ator estratégico de desenvolvimento, na luta pela efetivação das suas bandeiras a partir das propostas geradas na II Conferência Nacional de Juventude, em especial, no tema Educação. A aprovação do Estatuto da Juventude indica um dos avanços em relação ao tema que está evoluindo para a criação de um Plano Nacional de Juventude. A investigação dos relatórios gerados na Conferência cotejando com as políticas públicas criadas, permite verificar os avanços gerados por esse diálogo entre os jovens e o Governo. O processo de criação de políticas públicas trazem certas dificuldades que podem ser verdadeiros desafios que envolvem desde a criação da demanda até implementação da política pública. O estudo busca verificar se as Conferências de Juventude estão sendo eficazes no que tange a construção de políticas públicas de educação para o segmento.

Palavras-chaves: Juventude; Políticas públicas; Conferências

Este estudio tiene como objetivo analizar las demandas que surgen de la Segunda Conferencia Nacional sobre la Juventud y sus efectos en el desarrollo de políticas públicas, leyes, programas, proyectos, etc. En particular, en el campo de la educación con un enfoque en las cuestiones de derecho y de la ciudadanía. Con este fin, hemos tratado de evaluar la participación de los jóvenes como sujetos de derecho y el desarrollo de actor estratégico en la lucha por la realización de la bandera de las propuestas generadas en el II Congreso Nacional de la Juventud, en particular, sobre el tema de la educación. La

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

aprobación del Estatuto de la Juventud indica uno de los avances en el tema que se está desarrollando para la creación de un Plan Nacional de Juventud . Los informes de investigación generados en la conferencia de la comparación con las políticas públicas creadas , puede comprobar su progreso generado por este diálogo entre los jóvenes y el Gobierno. El proceso de creación de políticas públicas trae ciertas dificultades que pueden ser verdaderos desafíos que implican desde la creación de la demanda a través de la implementación de la política pública . El estudio busca mirar si las Conferencias Juveniles son eficaces con respecto a la construcción de las políticas de educación pública para el segmento.

Palabras clave: Juventud, Política Pública; Conferencias

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

No Brasil, em 1990, houve a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) que concebeu de forma jurídica e institucional esse segmento, limitando, no entanto, o jovem à idade de 18 anos. Entre 1995 até 2002, o Governo Federal investiu em programas voltados para a juventude, mas conforme investigado por Sposito e Carrano (2003), durante esse período eram praticamente inexistentes os canais democráticos que asseguravam espaços para debate, participação, formulação, acompanhamento e avaliação dessas ações. Já nos anos 2000, a pressão de diferentes atores sociais e a eleição do primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva levou a consolidação da Secretaria Nacional da Juventude e o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE). Tal fato, gerou uma atenção maior do governo e fiscalização da sociedade civil em relação aos programas e políticas públicas para esse segmento.

Conforme conceitua Rua (1998), as políticas públicas são um conjunto de decisões e ações destinadas à resolução de problemas políticos e que resultam do processamento, pelo sistema político, dos inputs originários do meio ambiente e da atividade política (ação que resulta em serviço ou bem público) e, frequentemente, de withinputs (demandas originadas no interior do próprio sistema político), compreendendo o conjunto das decisões e ações relativas à alocação imperativa de valores. A autora defende ainda que as demandas podem ser caracterizadas como reivindicações de bens e serviços, ou mesmo de participação no sistema político.

Segundo Abramovay et al. (2004) as políticas públicas destinadas à juventude devem permitir que essa geração participe dos processos de mudanças, que sejam elaborados programas que tendem a preparar o jovem para a maior participação, colaborando para que sejam feitas políticas públicas voltadas para esse segmento.

A participação deste segmento acaba por ser de fundamental importância para a criação de políticas públicas, pois conforme indica Novaes e Ribeiro (2010), o jovem que é participante tem uma identidade construída e uma intencionalidade que permite que ele atue no campo das políticas públicas, fortalecendo os espaços institucionais adequados para implantação destas e reforçando sua posição de sujeito de direito.

O jovem como ator estratégico do desenvolvimento é considerado por Krauskopf (2004) um paradigma que parte da ideia da formação do capital humano e social com o objetivo de enfrentar os problemas de exclusão que atingem os jovens, pois os mesmos são vistos como forma de resolver problemas de desenvolvimento e isso, possibilita a construção de políticas centradas na formação educacional e no mundo do trabalho.

As Conferências de Juventude se destacam no processo de construção das políticas públicas, pois permitem um diálogo entre sociedade e governo, buscando institucionalizar a participação do jovem no planejamento, controle e gestão das políticas públicas.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Durante a II Conferência Nacional de Juventude realizada em 2012, as propostas aprovadas para a Educação pleiteavam ações do governo que pudessem promover a cidadania dos jovens uma vez que, a educação é uma das demandas mais clássicas da juventude. As propostas continham solicitações relativas à educação inclusiva, alfabetização de jovens e adultos, formação inicial e continuada dos educadores com foco na juventude, ampliação de vagas no ensino superior sendo majoritariamente públicas e extinção do ensino vestibular como forma de acesso ao ensino superior.

A partir da pesquisa realizada pelo UNIRIO na II Conferência Nacional de Juventude é possível constatar que o tema Educação foi considerado um dos temas mais importantes para debate.

O objetivo desse trabalho é analisar se as demandas da juventude relacionadas à Educação se tornaram leis, programas ou políticas públicas. Avaliar a participação do jovem na luta pela efetivação dos seus direitos tutelados na Constituição e se resoluções das conferências estão de fato sendo efetivas para mudar o cenário de educacional de jovens no Brasil. Pretende-se também buscar o entendimento se o governo está ouvindo esse segmento ou não.

Além disso, é necessário entender como se formam as políticas públicas. Quais são os conceitos e os processos que viabilizam a criação de uma lei, programa ou projeto para determinado segmento social, pois muitas vezes, demandas não se efetivam pela burocracia das ações governamentais e os direitos sociais só podem ser realizados por meio de políticas públicas (Arbarze , 2001, p. 32).

Outro ponto importante é análise da capilaridade das leis e programas que foram criados (a partir da conferência ou não) e verificando sua efetividade, ou seja, se programas e leis estão beneficiando jovens do Brasil

Essa pesquisa reflete sobre as seguintes questões:

- Como, no campo juventude, estão sendo construídas as políticas públicas para a Educação?
- As demandas juvenis são importantes para elaboração de programas e projetos do Executivo e Legislativo?
- As conferências de juventude ratificam o papel do jovem participante, atuante na efetivação de seus direitos?

Para a efetivação desse projeto de pesquisa, está sendo feito os seguintes procedimentos de pesquisa:

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

- Análise a partir das leituras baseadas em políticas públicas, considerando as teorias acerca do tema e também, as políticas já concebidas com foco nas demandas de juventude e educação.
- Investigação os relatórios da II Conferência Nacional de Juventude, considerando as propostas aprovadas e as políticas públicas criadas, tal como a aprovação do Estatuto da Juventude que era uma demanda recorrente da I Conferência e da II e teve sua aprovação em agosto de 2013.
- Acompanhamento do Plano Nacional de Juventude, entrevistando os jovens que participarão da concepção desse plano.

É possível observar que parte das demandas já pleiteadas na II Conferência Nacional de Juventude referente à Educação, já são garantidas no Estatuto da Juventude, tais como a expansão da oferta no ensino superior e a inclusão do jovem com deficiência no ensino regular. Essas ações não só ratificam o papel do jovem participante, mas também mostra que os jovens são sujeitos que se fazem ver e reconhecer nos direitos reivindicados, se pronunciam sobre o justo e o injusto e, nesses termos, reelaboram suas condições de existência em sociedade (Teles, 1999). No entanto, é preciso observar de que maneira esta expansão tem se dado e se a sociedade organizada está de fato satisfeita. Quais são suas demandas e questões.

Um dos grandes desafios encontrados nesse projeto de pesquisa é referente à grande rotatividade do público jovem e, conseqüentemente, suas demandas versus as dificuldades do processo de construção de políticas públicas.

Conforme indica Novaes e Ribeiro (2010), falar sobre juventude, é falar sobre os atuais problemas que afetam a vida dos jovens e dentre as demandas identificadas que favorecem a construção de uma agenda sul-americana, a educação é a um dos pontos de mais importante. Uma das percepções dos jovens sul-americanos é que eles querem ter mais educação que a geração anterior e a maior demanda é uma educação de qualidade, mas com professores qualificados, currículos adaptados e a garantia da continuidade (Novaes e Ribeiro, 2010, p.42). Sendo assim, acreditamos que identificar a efetivação dessas demandas em políticas públicas é um objeto de pesquisa extremamente relevante.

A idéia é interagir com os demais participantes do seminário sobre os temas de juventude, participação dos jovens, demandas juvenis e, principalmente sobre a educação, mas com a visão sobre o jovem como sujeito de direito e ator estratégico do desenvolvimento que exerce sua cidadania e se mobiliza no sentido de reivindicar seus direitos.

II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS, SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

REFERÊNCIAS

Abramovay, M., Lima, F., Pinheiro, L., Castro, Mary ; Rodriguez, E. (2004). Políticas Públicas DE/PARA/COM Juventudes. (1. ed.) Brasília: UNESCO.

Arzabe, P.H.M. (2001). Conselhos de Direitos e Formulação de Políticas Públicas. In: BUCCI, Maria Paula Dallari et al. Direitos humanos e políticas públicas. São Paulo: Polis.

Estatuto da Juventude, § 12.852 (2013).

Flexor, G.; Leite, S. P. (2007). Análise das políticas públicas: breves considerações teórico metodológicas. In: Encontro Nacional de Economia Política, São Paulo, SP. Anais do 12º Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo.

Krauskopf, D. (2004). Perspectivas sobre la condición juvenil y su inclusión en las políticas públicas. In: KRAUSKOPF, Dina. Políticas de Juventude en Latioamérica. Argentina: Fundación Friedrich Ebert; Yunque.

Novaes, R., Ribeiro, E. (2010). Livro das Juventudes Sul-Americanas, Rio de Janeiro: Ibase.

Rua, M.G. (1998). As políticas públicas e a juventude dos anos 90. In: Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. v.2. Brasília: CNPD.

Sposito, M., Carrano, P. (2003). Juventude e Políticas Públicas no Brasil. In: Revista Brasileira de Educação, São Paulo.

**II JORNADAS INTERNACIONALES “SOCIEDADES CONTEMPORÁNEAS,
SUBJETIVIDAD Y EDUCACIÓN”**

9, 10 y 11 de abril de 2014

ISBN 978-987-3617-11-9

Teles, V.S. (1999). Direitos Sociais: Afinal do que se trata? Belo Horizonte: Editora da UFMG